

**ATIVIDADES:**

**IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE DUTOS PARA LANÇAMENTO DE CABOS; E**

**IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE DUTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE EFLUENTES LÍQUIDOS.**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E**

**LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA (LAI).**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

**1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

**2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

**3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

**4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

**5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

## **6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

## **7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

## **8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

## **9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)**

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

## **10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)**

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

## **11 – Planta de localização**

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas inicial, final e a cada deflexão do traçado do duto. Pontos determinados com precisão mínima de 10 metros.

## **12 – Formulário de Cadastro**

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

## **13 – Memorial descritivo da área do projeto**

Deverá contemplar:

- a) Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
- c) Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias;
- d) Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- e) Pluviometria da região;
- f) Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, etc.); e
- g) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros.

#### **14 – Memorial descritivo do empreendimento**

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto;
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: finalidade do duto, extensão, diâmetro, tipo de material, tipo de duto (enterrado ou aéreo), vazão de projeto; pressão de projeto; e
- c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, postos de abastecimento, oficinas de manutenção).

#### **15 – Planta de situação do empreendimento**

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;
- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Projeto geométrico, com delimitação da faixa de domínio; e
- f) Interferências: edificações, outros dutos, redes aéreas, ferrovias, rodovias e estradas.

#### **16 – Projeto de terraplenagem**

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

#### **17 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio**

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

#### **18 – Coordenadas geográficas da poligonal da vegetação a ser suprimida**

Inventário florestal da vegetação a ser suprimida, elaborado por profissional habilitado, acompanhada da cópia da ART do Responsável Técnico pelos estudos.

Observação:

Caso seja comprovada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, enquadradas na IN MMA nº 06/2008, o empreendedor deverá apresentar estudo científico, elaborado por especialista(s) pertencente(s) a Instituição de notório saber. Este estudo deverá confirmar que a supressão de indivíduos da(s) espécie(s) ameaçada(s) de extinção, existente(s) na área a ser suprimida, não acarretará, em qualquer hipótese, em risco à sua sobrevivência, bem como especifique e adote, através de apresentação de Plano de Recuperação e Conservação, práticas que visem garantir a preservação da(s) mesma(s) na área de influência direta.

**19 – Projeto de restauração/compensação florestal, nos termos das Resoluções INEA nº 89/2014 e 143/2017; ou Declaração de que opta pela compensação financeira conforme Resolução SEA/INEA nº 630/2016.**

**20 – Cronograma físico de implantação do empreendimento**

Devidamente assinado pelo representante legal ou responsável técnico.

**21 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)**

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

**No Portal do Licenciamento ([portallicenciamento.inea.rj.gov.br](http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br)) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**